

XII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

Intervenção de Gorete Pimentel (distrito de Braga)

É urgente uma estratégia de reestruturação do Sistema Nacional de Saúde e do Serviço Nacional de Saúde

Os portugueses, no geral, orgulham-se do artigo 64º da Constituição da República Portuguesa, e esse é um dos motivos pelo qual pagam os impostos elevadíssimos que existem em Portugal, para que todos usufruam desses cuidados de saúde tendencialmente gratuitos.

Verificamos, nos últimos 15 anos, um aumento brutal de instituições de saúde privadas, que sobrevivem à custa do financiamento público. A saúde passou a ser um negócio de milhões que enriquece este tecido empresarial e, conseqüentemente, grupos económicos privados.

Cada vez mais as instituições de saúde públicas estão obsoletas, equipamentos velhos e escassos, estruturas físicas degradadas e carência brutal de capital humano. O SNS não consegue dar resposta às necessidades da população e o estado português contratualiza serviços privados para responder ao que deveriam ser os serviços públicos a garantir.

As Instituições Portuguesas de Solidariedade Social, imprescindíveis para o acolhimento dos mais fragilizados, passaram de instituições tendencialmente sem fins lucrativos para empresas geridas com o fim de obter lucros.

Os lares de idosos legais são escassos, todos sabemos que exigem uma joia de entrada na ordem dos milhares de euros.

Há uns anos, os idosos entravam pelo próprio pé nos lares, atualmente entram em maca, são completamente dependentes e as horas de cuidados de enfermagem autorizadas pela Segurança Social são completamente ridículas e desajustadas.

Se em Portugal não há estudos sobre as necessidades das horas de cuidados de enfermagem nas várias instituições de saúde, peça-se aos parceiros europeus, pois eles têm esses estudos feitos. Nos países da OCDE os rácios enfermeiros/habitantes é de 9.3/1000 enquanto em Portugal, no SNS, é de 6.9/1000.

O que verificamos no terreno é, em paralelo ao desinvestimento no SNS, uma destruição claríssima das carreiras para a criação das Entidades Públicas Empresariais (EPEs), entidades que surgiram para servir o interesse governativo e não pelo superior interesse do SNS.

Os trabalhadores em contratos por tempo incerto e em recibos verdes, totalmente precarizados, são milhares e têm assegurado a sustentabilidade do SNS há anos.

Fizemos uma cimeira social este mês, para promover o emprego e diminuir o empobrecimento, quando o governo português nada faz entre portas em políticas de emprego, de modo a diminuir a precarização dos contratos de trabalho.

Em contrapartida, nestes últimos anos assistimos inclusive a uma demonização dos funcionários públicos, com a intenção clara de acabar com os serviços públicos.

Como vamos promover a educação igualitária para todos em Portugal?

Como vamos ter segurança e proteção policial nas nossas regiões?

Como vamos ter serviços que garantam a saúde para toda a população?

O que faz o Bloco, enquanto força de oposição que se quer estruturada e forte, para travar este caminho que tem vindo a crescer desenfreadamente?

O governo Português não respeita e não cumpre as leis laborais, e não respeita a Constituição da República Portuguesa no seu artigo 57º no direito à greve dos trabalhadores, sendo exemplo disso as restrições publicadas nestes últimos anos, mais acentuadamente desde 2018, altura em que houve uma ascensão nacional dos movimentos sociais e de luta dos trabalhadores. Onde estava o BE nesta altura? Porque não apoiou os trabalhadores?

A maioria das instituições portuguesas não aplica a avaliação de desempenho, legislada e publicada em Diário da República. Não estamos a ser avaliados, uma situação propositada, pois não atribuindo os pontos os trabalhadores não sobem de nível remuneratório. O BE tem de ter uma palavra e uma posição dura e determinada sobre este problema, que se arrasta desde 2015.

Queremos uma reestruturação profunda no modelo de avaliação e na forma como as carreiras são valorizadas, com igualdade de condições para trabalhadores da mesma área profissional poderem ser avaliados nas mesmas condições.

A política não é para servir fins pessoais, mas sim para serviço público e de procura constante de melhoria das condições sociais e de trabalho.

Gorete Pimentel

23 de maio de 2021